

EIXO 06: Ética e política na educação.

PARTICIPANTE: TAMARA DA CUNHA GONÇALVES

TÍTULO:

Desafios ético-políticos contemporâneos: O compromisso educacional com a verdade factual.

RESUMO:

O ser humano não se constitui apenas de cognição e de raciocínio dedutivo: pelo contrário, sua condição também possibilita o *pensamento*, o diálogo socrático do “dois-em-um”, que funciona como uma forma efetiva de resistência diante da negação da *verdade factual* propiciada pela ideologia. Não obstante, diante dessas afirmações, são pertinentes as indagações: quais elementos podem tornar essa forma de comunicação ainda exequível nas democracias do século XXI, que se dilatam sob o jugo da revolução digital, do predomínio dos algoritmos e da supremacia das *big techs*? O que acontece quando o *pensamento* cai em desuso num mundo contraditoriamente conectado, porém, solitário e tecnológico? Quais as implicações do raciocínio autopropelido em um mundo deliberadamente dividido entre virtual e real, no qual prevalece a tentativa de eliminar as contradições, os dissensos e os consensos próprios da *pluralidade* política?

Constata-se, no contexto moderno e contemporâneo, a frequência com a qual a *mentira organizada* se reverbera nas relações intersubjetivas. Com efeito, a *ideologia* como *lógica de uma ideia*, desassociada da realidade contingencial-factual, mesmo após as experiências totalitárias do século XX ainda se mostra presente através de seus vários tentáculos. Mediante tais conjunturas, o presente estudo objetiva compreender como a divergência entre ideologia e verdade factual afeta as instituições públicas e a tomada de decisões políticas, sociais e educacionais. Envolvendo a análise das consequências para o princípio ético da veracidade e transparência, para governança, para participação cívica e a coesão social quando a ideologia diverge substancialmente dos fatos. O estudo fundamenta-se a partir do referencial teórico de *corpus teórico* da autora Hannah Arendt por se considerar que a leitura da autora propicia reflexões urgentes sobre a fragilidade da *verdade factual* no espaço público, sobre o impacto cerceador da *mentira organizada* nas relações ético-políticas do mundo comum, sobre a necessidade de fortalecimento das instituições em tempos de revolução digital, sobre o predomínio dos algoritmos e a supremacia das *big techs*.

Certamente a relação entre mentira, ética e política sempre foi conflitiva, de tal modo que ao longo da tradição as mentiras foram consideradas ferramentas justificáveis na prática de governar. A partir da obra de Arendt, a relação supracitada, agravada pela ideologia como prática antipolítica corriqueira na *realpolitik*, conduz às indagações: o que justifica a compreensão das mentiras como necessárias ao domínio público? A impotência faz parte da essência da verdade? O poder, nas relações ético-políticas, é sempre enganador? Tais questionamentos figuram como chaves de leitura para compreender a *dignidade da verdade* no âmbito político.

A razoabilidade e a pertinência da presente pesquisa justificam-se a partir da atroz atualidade da *mentira moderna* como um dos elementos constitutivos da ideologia que sobreviveu aos horrores do ineditismo totalitário do século XX. Delinear as razões pelas quais os *governos contemporâneos*, especialmente com a revolução digital (e, com ela, a

Inteligência Artificial e as big techs), ainda se valem da mentira organizada¹ para colocar em xeque a verdade factual (e a memória que ressignifica as ações humanas), aniquilar a dignidade do pensamento, estabelecer a solidão² como estratégia para a impotência e inviabilizar o uso ético-discursivo-intersubjetivo da palavra no mundo comum, proporcionando a banalização dos discursos de ódio nos espaços virtual e real, destruindo os critérios básicos de eticidade para o bem viver e corroendo deleterianamente as instituições republicanas no âmbito das democracias liberais, direciona a pesquisa para a urgência da defesa e da reflexão filosófica acerca do *princípio ético da veracidade*, evitando a sua relativização e a perda de sentido no mundo comum.

Metodologicamente, a pesquisa a ser desenvolvida será bibliográfica, documental e qualitativa, considerando, sobretudo, o estudo exegetico dos textos arendtianos mais significativos para a problemática: *A Condição Humana*, *Origens do totalitarismo*, *Entre o Passado e o Futuro*, *A dignidade da política*, *Eichmann em Jerusalém*, *Responsabilidade e Julgamento* e *Diários Filosóficos*. Como resultados das reflexões e investigações, percebeu-se que, mesmo frágil e contingencial, a verdade factual precisa ser protegida dos interesses *ideológicos* por meio de instituições democráticas legítimas e de um arcabouço legal que apresente limites mínimos para discursos e ações no âmbito da *Res publica*.

Palavra – chaves: Verdade factual. Mentira organizada. Ideologia. Ética. Educação. Política.

¹ Diz Celso Lafer (1992, p. 24-25), contribuindo para a urgência do referido debate: “é a mentira dos governantes que gera o ceticismo e a impotência dos governados, que não tem base para agir sem os alicerces da verdade dos fatos. É por isso que a mentira pública, da mesma maneira que o segredo, como exceção ao princípio da transparência do poder, requer um controle, ainda que a posteriori, de natureza pública, na dupla acepção de comum e de visível”.

² A pertinência das reflexões sobre o conceito de *solidão* vinculado a *ideologia* é que: “[...] a solidão organizada é consideravelmente mais perigosa que a impotência organizada de todos os que são dominados pela vontade tirânica e arbitrária de um só homem” (ARENDT, 1989, p. 530).